DOI 10.20504/opus2022.28.19

Resenha do livro *Música, cultura e sociedade*

Nira Pomar
(Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Florianópolis-SC)

Resumo: Organizado por André Egg e publicado em 2016 pela editora CRV, o livro *Música, cultura e sociedade: dilemas do moderno* é uma obra para consulta temática, destinada a estudantes e pesquisadores que buscam se atualizar em relação às pesquisas que vêm sendo realizadas na área da Música. Reúne onze textos, de onze autores e autoras diferentes, que tratam, de maneira geral, das relações de produção e veiculação de música, do século XIX ao século XXI, utilizando os meios de comunicação disponíveis em cada época. Com um olhar crítico, a presente resenha busca destacar os pontos principais de cada um dos textos, que estão divididos em duas partes: *Modernismo, instituições, crítica musical e musicologia*, composta por cinco textos, e *Meios de comunicação, identidades e música brasileira*, que reúne outros seis textos.

Palavras-chave: Música. Musicologia. História da Música. Crítica Musical.

Book Review: *Music, Culture, and Society*

Abstract: Organized by André Egg and published in 2016 by Editora CRV, the book *Música, cultura e sociedade: dilemas do moderno* [Music, Culture, and Society: dilemmas of the modern] is a work for thematic consultation for students and scholars who want to stay abreast of research developments in the field of music. The book brings together eleven papers written by eleven different authors which, in general, address the relation between the production and dissemination of music between the nineteenth and twenty-first centuries that had been communicated through the media available at the time. With a critical eye, this review seeks to highlight the main points of each paper of the book, which have been divided into two parts: *Modernism, institutions, music criticism, and musicology*, composed of five papers, and *Communication media, identities, and Brazilian music*, which brings together another six papers.

Keywords: Music. Musicology. Music history. Music criticism.

POMAR, Nira. Resenha do livro Música, cultura e sociedade. Opus, v. 28, p. 1-8, 2022.
http://dx.doi.org/10.20504/opus2022.28.19
Recebido em 4/12/2021, aprovado em 5/9/2022

EGG, André (org.). *Música, cultura e sociedade*: dilemas do moderno. Curitiba: CRV, 2016. 264 p.

O livro *Música, cultura e sociedade: dilemas do moderno*, publicado em 2016, reúne textos de onze autores e autoras, sendo seis integrantes do Grupo de Pesquisa Música, Cultura e Sociedade, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), e cinco doutores convidados de outras instituições. O volume é dividido em duas partes, basicamente sob critérios cronológicos. A primeira, com temas do século XIX e início do século XX, intitulada *Modernismo, instituições, crítica musical e musicologia*, é composta de cinco textos, incluindo um do próprio organizador do livro, André Egg – doutor em História Social, professor da Graduação e Mestrado em Música da UNESPAR. A segunda parte do livro reúne outros seis textos, de meados do século XX em diante, sob o título *Meios de comunicação, identidades e música brasileira*. Na apresentação do livro, o organizador ressalta que a temática "dilemas do moderno" deve ser entendida de maneira abrangente e que o conceito de moderno não se confunde com a ideia de modernismo, mas se aplica às tentativas de produzir e veicular música utilizando os meios de comunicação disponíveis em cada época.

O texto que abre a publicação é de autoria de Antonio José Augusto, trompista, doutor em História Social e professor da Escola de Música da UFRJ, falecido em fevereiro de 2020. Sob o título *"Vive pela ideia e cumpre a lei da criação": música, imprensa e a esfera pública no Segundo Reinado*, o capítulo tem como proposta analisar a relação da atuação de Martins Pena, José de Alencar, França Junior e Machado de Assis, como críticos musicais em jornais brasileiros, com a divulgação e sedimentação da ópera italiana como modelo de arte elevada entre a burguesia brasileira, no decorrer do século XIX. O autor aponta que a ascensão da burguesia no Brasil abriu novas possibilidades para os compositores até então empregados na esfera pública.

Martins Pena, folhetinista pioneiro entre os literatos analisados nesse estudo, declarava que seu dever era censurar, limitar e corrigir o artista, além de educar o público, empresários e patrocinadores. José de Alencar, além de afirmar que a ópera italiana era a música mais apreciada no Brasil, trazia para os folhetins suas recomendações sobre estilo de vida e comportamento social desejáveis, elencando símbolos de distinção social. Tanto Machado de Assis como França Junior se apresentavam como guardiões da "boa moral" e atacavam tudo o que "atentava contra a ordem estabelecida".

A proposta inicialmente lançada pelo autor do capítulo se dissolve no decorrer das páginas. Ainda que demonstre o conservadorismo dos quatro críticos analisados, não fica explícita a relação entre a atuação deles e a posição alcançada pela ópera italiana no seio da burguesia brasileira. Entretanto, o texto se revela como um apanhado histórico importante e finaliza destacando "a visão centralizada, homogênea e paternalista dos que pensavam a música como um meio de afirmação e distinção social".

Não se menciona no texto que Henrique Alves de Mesquita era um músico negro[1] e que isto provavelmente tenha sido determinante para que ele levasse aos palcos, em 1871, o jongo *Coro de Negros* na opereta *Trunfo às Avessas*. No rastro do sucesso alcançado pelo jongo, Mesquita apresentou no ano seguinte um "tango de negros" na opereta *Ali-Babá*.

O segundo capítulo é de autoria de Ricardo Bernardes, doutor em Musicologia pela Universidade do Texas em Austin e doutor em Ciências Musicais pela Universidade Nova de Lisboa, onde atualmente é investigador integrado. Nas 17 páginas do texto intitulado *Música luso-brasileira nos séculos*

[1] Cf. Abreu (2017).

XVIII e XIX: desafios da construção de uma identidade face à música centro-europeia, o autor propõe dar continuidade e atualização às suas reflexões sobre a aceitação acadêmica dos repertórios produzidos em Portugal e no Brasil no século XVIII e início do século XIX, tema tratado por ele em artigo apresentado em 2008 e publicado em 2013.

A primeira questão apontada pelo autor é conceitual e terminológica e envolve a denominação do repertório em questão como luso-brasileiro, evitando termos que gerem equívocos, restrições e pré-julgamentos. O texto envereda para a história da Música e da Musicologia Portuguesa, tema que se estende por dois terços do capítulo, destacando o papel da Fundação Calouste Gulbenkian como patrocinadora das pesquisas musicológicas em Portugal. Ao analisar a produção historiográfica sobre a música no país, o autor ressalta que recortes ideológicos excluíram compositores que não eram "verdadeiramente portugueses" e aqueles considerados de menor valor.

Diferentemente de Portugal, não houve ainda no Brasil um trabalho abrangente de edição e gravação de coleções que permitisse o amplo acesso à música do século XVIII, sendo poucos os compositores da época reconhecidos e celebrados. O autor critica a falta de planejamento e integração das iniciativas de levantamento e digitalização de acervos brasileiros e enfatiza a importância de José Mauricio Nunes Garcia, colocando-o inclusive como "herói nacional", mas não menciona que ele era descendente de escravizados, fato que também deveria merecer destaque. Resta explícita a necessidade de cooperação entre Brasil e Portugal para o aprofundamento dos estudos sobre a música luso-brasileira.

O terceiro capítulo foi escrito por Teresa Cascudo, doutora em Ciências Musicais Históricas pela Universidade Nova de Lisboa e professora na Universidade de La Rioja, na Espanha. Intitulado *Quando o dilema é financeiro: o compositor Fernando Lopes-Graça e a Sociedade de Concertos Sonata (Lisboa, 1942-1960)*, o texto de 20 páginas é o primeiro do livro a apresentar subdivisões e se centra no funcionamento da Sociedade de Concertos Sonata, fundada e dirigida por Lopes-Graça. O compositor é apresentado como figura fundamental para a história da música em Portugal, podendo ser considerado o primeiro "músico moderno" da cultura portuguesa, imagem assumida pelo próprio profissional ao iniciar sua carreira na década de 1930.

Em essência, a Sonata foi considerada um ato de resistência cultural, um meio alternativo e sem fins lucrativos, em busca de uma reforma social e cultural. No decorrer de sua existência, a Sonata organizou 85 concertos, com números grandiosos de obras e compositores diferentes, de diversos países, reafirmando seu caráter divulgador. Os intérpretes, quase todos portugueses, realizaram os concertos gratuitamente ou com retribuições simbólicas. Talvez por isso, 81% da programação tenha sido de obras para solistas ou duos. As dificuldades financeiras da Sonata eram evidentes, e os apoios essenciais.

Após dois anos sem concertos, a Sonata contou com o subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian para sobreviver em 1959 e 1960, quando Lopes-Graça admitiu ser inviável prosseguir com sua "missão histórica" e encerrou definitivamente as atividades da sociedade. A título de conclusão, a autora pontua que a Sonata fez o que era possível para difundir a música contemporânea em Portugal durante o Estado Novo – período ditatorial, fascista, também conhecido como salazarismo. A questão política, possível motivação dos obstáculos enfrentados pela Sonata, foi tocada apenas superficialmente, e a atuação de Lopes-Graça no Partido Comunista Português é mencionada somente em nota de rodapé.

O capítulo quatro é de autoria de André Egg, organizador do livro, e recebe o título *A necessidade faz o crítico: Mário de Andrade na música brasileira e a importância do estudo de sua coluna*

no Diário Nacional. O autor problematiza as narrativas comumente aceitas sobre o papel de Mário de Andrade na cultura brasileira, especialmente na música brasileira, e investiga a motivação de Mário para trabalhar com música e seu percurso até chegar ao trabalho como crítico no jornal *Diário Nacional*.

A via escolhida pelo autor para investigar a construção da imagem deísta de Mário de Andrade para a música brasileira cruza a biografia de Guerra-Peixe, tema de sua dissertação de Mestrado (EGG, 2004). Guerra-Peixe foi um dos músicos mais atuantes do movimento folclorista e sua trajetória nos anos 1940 sintetiza o caminho que leva Mário de Andrade ao topo do pensamento musical no Brasil, tendo em vista que o jovem Guerra-Peixe alegava ter se inspirado nos escritos de Mário de Andrade para justificar sua "conversão" ao nacionalismo.

O autor propõe que o estudo da produção crítica de Mário de Andrade no *Diário Nacional* permite uma terceira visão sobre este que ora é considerado uma sólida referência, ora um entrave à livre criação musical no Brasil. A linha proposta é que Mário de Andrade aspirava à carreira de escritor, mas as oportunidades que surgiram foram na área da música. Sendo de família ligada à elite, Mário foi estudar piano aos 18 anos no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, onde seu pai era tesoureiro. Dois anos mais tarde, quando morreu seu irmão mais novo, Mário entrou em profunda depressão e não conseguiu mais tocar em público, enveredando para a prática docente. A carreira de professor de Música foi seu principal emprego fixo durante praticamente toda a vida.

Seu inegável talento para a escrita resultou em catorze livros, todos publicados com recursos próprios. O salário obtido como professor era incompatível com seus hábitos culturais, e escrever para revistas e jornais era fundamental para sua saúde financeira. No *Diário Nacional*, Mário passa de *freelancer* a colaborador fixo. O autor conclui que Mário de Andrade se tornou crítico musical por necessidade e oportunidade e que seu pensamento é muito maior, mais complexo e profundo do que os excertos publicados em seus livros, podendo contribuir na problematização de dilemas culturais ainda muito presentes no país.

Fechando a primeira parte do livro, o quinto texto, intitulado *Francisco Curt Lange e Mário de Andrade: discotecas e a organização da cultura*, é de Fernanda Nunes Moya, doutora em História e Sociedade pela UNESP. Nas quinze páginas do capítulo, a autora discorre sobre o papel de Mário de Andrade e Francisco Curt Lange como "intelectuais organizadores da cultura", tomando a ideia desenvolvida por Antonio Gramsci (1979), que pensava o intelectual como mediador entre a sociedade e o Estado e defendia instituições públicas de cultura, sem intervenção estatal direta.

A autora afirma que Andrade e Curt Lange tentaram transformar as realidades sociais e culturais vigentes e entendiam a música como uma manifestação artística capaz de estimular mudanças profundas na sociedade. Mário de Andrade tinha uma visão evolucionista da música e afirmava que a música era a expressão mais pura dos povos que a criam. Assim, defendia que a música brasileira precisava se libertar dos modelos vindos da Europa, enquanto também dizia que a verdadeira música nacional estaria no ambiente popular, esperando ser "elevada artisticamente" pelos nossos compositores por meio de uma "transposição erudita".

Francisco Curt Lange, musicólogo alemão naturalizado uruguaio, tinha convicção de sua missão como promotor da cooperação interamericana, acreditando que a música seria o agente integrador dos povos. Idealizador do "Americanismo Musical", Curt Lange organizou a Discoteca Nacional de Montevidéu e assessorou Mário de Andrade na criação da Discoteca Pública Municipal de São Paulo, em

1935. Curt Lange e Mário de Andrade tiveram uma intensa relação epistolar, somando 79 cartas trocadas entre 1932 e 1944.

Finalizando o capítulo, a autora também dialoga com Carlos Sandroni (1988), que entende que o intelectual organizador da cultura é muito mais um inovador do clima cultural do que um criador de obras artísticas, concluindo que este tipo de intelectual foi muito importante na América do Sul nos anos de 1920 e 1930, período de institucionalização da cultura, expansão do ensino e das ciências.

O primeiro capítulo da segunda parte do livro é de Ana Paula Peters, doutora em História pela UFPR e professora da UNESPAR. Sob o título *O conjunto regional e a articulação do choro pelas ondas do rádio*, o texto de 19 páginas traz o foco para Curitiba, partindo de um depoimento do chorão João do Rosário (Janguito), concedido em 1984 para o setor da Memória da Fundação Cultural de Curitiba.

A autora incorre em um equívoco historiográfico comum ao mencionar que a Era de Ouro do Rádio tenha sido nos anos de 1930. Azevedo (2002) e Vidili (2021: 123-124) afirmam que a radiofonia no Brasil somente se desenvolveu expressivamente após o fim da Segunda Grande Guerra, de modo que a Era de Ouro efetivamente ocorreu no período entre a segunda metade da década de 1940 e o final da década de 1950.

No entender da autora, o conjunto regional nasce da "precária condição econômica do povo", juntando os instrumentos mais baratos, fabricados no país. Assim, as rádios davam preferência aos conjuntos regionais no lugar das orquestras, não apenas pela questão econômica, mas também pela capacidade dos músicos de improvisar, tocar de cor e em diversas tonalidades. Os programas de auditório e de calouros conquistaram popularidade e deram visibilidade aos astros, até o momento em que a televisão ocupou esse espaço, e os conjuntos regionais começaram a perder mercado, sendo desestimulados pelas rádios, que lhes ofereciam horários "alternativos" na madrugada até que desistissem de tocar.

Para além da questão dos regionais nas rádios, a autora aborda as rodas de choro e as relações que se formam a partir delas, considerando a roda de choro como espaço de transmissão, criação, experimentação, improvisação e convivência entre os músicos, utilizando o conceito de *habitus*, de Bourdieu (1989), para caracterizar o "chorão". A autora finaliza o texto comentando que o choro praticado em Curitiba teve um percurso muito parecido com o do choro carioca.

O capítulo sete, escrito por Allan de Paula Oliveira, doutor em Antropologia Social pela UFSC e professor da UNESPAR, recebe o título *O pop do rancho fundo: música sertaneja e dinâmicas da música popular no Brasil*. Com excelente estruturação e fundamentação, o autor perpassa por questões importantes no âmbito dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais no Brasil contemporâneo.

Tomando como índice de processos sociais a canção *Ai, se eu te pego*, responsável pela ascensão de Michel Teló em termos mundiais, o autor convida a pensar em alguns significados das transformações da música sertaneja partindo da seguinte hipótese: a música sertaneja tem se tornado um dos principais eixos da música pop no Brasil em função das relações que estabeleceu com outros gêneros da música popular brasileira.

Assim, o autor observa a confluência de diferentes tradições musicais brasileiras: a música sertaneja, a música gauchesca e as músicas produzidas no Nordeste, nomeando esta integração como "englobamento" a partir da ideia do antropólogo francês Louis Dumont (1967). Analisando a trajetória de Michel Teló e da canção em foco, o autor aponta o englobamento entre o sertanejo (que substitui a viola

por gaita/sanfona), o vanerão e o forró. A coreografia, uma performance individual feita coletivamente, aponta também o englobamento do axé music. Essa nova sonoridade, marcada por elementos de outros gêneros musicais, continua sendo apresentada apenas como "sertanejo". O autor finaliza dizendo que este sertanejo é a música de cidades do interior do país que cresceram e se desenvolveram e que a compreensão das dinâmicas atuais da cultura e da sociedade brasileira passa por este repertório.

O oitavo capítulo, *Tom Jobim da América: debates sobre a internacionalização da bossa nova na década de 1960*, de autoria de Fabio Poletto, doutor em História Social pela USP e professor da UNESPAR, aborda criticamente o panorama da inserção internacional da bossa nova ao longo da década de 1960, focando especialmente a trajetória de Antonio Carlos Jobim.

De acordo com o autor, a entrada da música brasileira nos Estados Unidos se deu por três vias: num primeiro momento, por meio de versões instrumentais de canções bossa-novistas por músicos norte-americanos. O segundo momento foi marcado pela inserção do próprio Tom Jobim, tendo em vista o desempenho comercial de algumas de suas canções em solo estadunidense. A terceira via se deu com as versões em inglês de canções originalmente produzidas no Brasil, num processo definido por Jeroen Gevers como "tradução cultural".

Tom Jobim se tornou um personagem emblemático, e o disco gravado com Frank Sinatra consolidou sua inserção internacional. Os comentários na imprensa brasileira se dividiam entre elogios ao sucesso alcançado e críticas aos que consideravam que Jobim havia se deixado levar pelo projeto de dominação cultural do capital estrangeiro. A década de 1960 presenciou o nascimento da canção engajada, iê-iê-iê e tropicalismo, bem como as discussões acerca da tradição e modernização da música. A dicotomia nacional/estrangeiro teve Jobim no centro das questões, lugar que ele também ocupou após as reconfigurações do cenário musical no Brasil, com o surgimento da MPB.

O capítulo nove, escrito por Jefferson William Gohl, doutor em História Cultural pela UNB e professor da UNESPAR, recebe o título *O choque com a tradição: Rita Lee, mulher e roqueira*. Em suas 28 páginas, o texto apresenta o histórico de aproximação e distanciamento entre o rock e a MPB, colocando Rita Lee no papel central da narrativa de difusão do rock no país. O texto apresenta problemas de construção que dificultam sua leitura.

Se, num primeiro momento, a guitarra elétrica foi vista como transgressiva e chegou a ser alvo de manifestações de músicos contrários à sua inclusão na música brasileira, foi a presença dela que acabou aproximando Gilberto Gil e os Mutantes na defesa de *Domingo no Parque*, em uma das edições do Festival Internacional da Canção. Porém, assim como em relação à Jovem Guarda, os Mutantes também se distanciaram do tropicalismo. Segundo o autor, uma reaproximação entre o rock e a MPB no Brasil se deu na década de 1980, quando a música sertaneja foi vista como inimigo comum.

Por meio da análise dos discos e letras de músicas, o autor investiga uma possível "emepebização" de Rita Lee ao longo de sua trajetória. Nos últimos parágrafos, o autor tenta, sem fundamentação e sem sucesso, levantar a questão de gênero e conclui que, para Rita Lee, "ser mulher e roqueira […] superava boa parte das dificuldades no quesito de construção de uma identificação/identidade tão necessária aos homens de negócios do mundo do disco em meados dos anos 1970".

O décimo capítulo é de autoria de Joêzer de Souza Mendonça, doutor em Musicologia pela UNESP, professor da PUC-PR e colaborador da UNESPAR. Com o título *Caminhando, cantando e pregando: o curioso caso das canções protestantes politicamente engajadas*, o texto traz a análise de componentes

de nacionalismo musical e engajamento político-religioso. Mendonça aborda a nacionalização e popularização de canções sacras no Brasil, nos anos de 1970, por meio do uso de ritmos brasileiros nas composições religiosas feitas principalmente por adeptos da Teologia da Libertação. As letras incluíam os ensinamentos cristãos em favor dos oprimidos e excluídos e atuavam contra a alienação social. O autor analisa letras e harmonias, demonstrando a complexidade harmônica das composições protestantes nacionais em oposição à simplicidade dos corinhos estrangeiros.

Com relação à ditadura militar, o autor aponta o discurso anticomunista no meio batista e o apoio de lideranças evangélicas aos militares. Os religiosos que faziam oposição ao regime eram denunciados como subversivos. As canções que criticavam a repressão não eram aceitas pelas alas conservadoras das igrejas. O autor sintetiza brilhantemente sua conclusão, apontando que "a música popular brasileira religiosa era nacional demais para uma parcela da juventude, mundana demais para os tradicionalistas, comunista demais para os conservadores e católica demais para os evangélicos".

O último capítulo fecha o livro com uma temática, a princípio, bem distinta dos anteriores. Sob o título *Aquisição de expertise musical aplicada ao piano brasileiro improvisado*, o autor Danilo Ramos, doutor em Psicologia pela USP, pós-doutor em Cognição Musical e professor da UFPR, apresenta ao longo do texto uma proposta metodológica para a realização de pesquisas que visem à formação de músicos experts em performances no repertório da Música Popular Instrumental Brasileira (MPIB).

Passando por um relato autobiográfico, o autor explicita seu interesse no tema e a escassez de estudos específicos para o contexto brasileiro, tendo em vista que as pesquisas existentes no campo das ciências cognitivas abordam a música europeia de concerto e o jazz norte-americano. Após fundamentar e conceituar cognição musical, expertise musical e a própria MPIB, o autor apresenta o projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Federal do Paraná, dentro do Grupo de Pesquisa Música e Expertise, onde conta com quatro alunos da pós e cinco alunos da graduação. O autor conclui o capítulo afirmando que o projeto de pesquisa reflete a necessidade urgente de criação de novos cursos de Graduação em Música Popular no país, voltados especificamente para a formação de músicos experts na prática da MPIB, de modo que pretende contribuir para a criação desses cursos por meio de seu projeto de pesquisa.

De maneira geral, embora os onze textos tratem de assuntos específicos e distintos, existem pontos de ligação entre eles que são percebidos por meio da leitura da obra como um todo, para além da própria música como área e pano de fundo. Alguns dos textos, particularmente, muito bem escritos e bons de ler. Por se tratar de uma coletânea, não é necessariamente um livro para ser lido de cabo a rabo, mas uma obra para consulta temática, destinada a estudantes e pesquisadores que buscam se atualizar em relação às pesquisas que vêm sendo realizadas na área da Música.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. *Da senzala ao palco*: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930. Campinas: UNICAMP, 2017.

AZEVEDO, Lia Calabre. *No tempo do rádio*: radiodifusão e cotidiano no Brasil: 1923-1960. 2002. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus*: Le système des castes et ses implications. Paris: Gallimard, 1967.

EGG, André. *O debate no campo do nacionalismo musical no Brasil dos anos 1940 e 1950*: o compositor Guerra Peixe. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SANDRONI, Carlos. *Mário de Andrade contra Macunaíma*. São Paulo: Vertice, 1988.

VIDILI, Eduardo Marcel. *A vida social do pandeiro no Rio de Janeiro (1900-1939)*: trânsitos, significados e a inserção no rádio e fonografia. 2021. Tese (Doutorado em Música). Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Nira Pomar é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGMUS/UDESC) com bolsa UNIEDU, Mestra em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (2020), pós-graduada em Musicoterapia pela ALPHA (2021), Bacharela em Biblioteconomia - Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (2010) e graduanda na Licenciatura em Música pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Música, atuando principalmente em pesquisa, ensino e produção musical. Atualmente se dedica à pesquisa de acervos de bandas centenárias no sul catarinense.
nirapomar@gmail.com